



Dois turnos, sublegenda: o Congresso se apressa.

Neste ano de eleições, o Congresso Nacional não prometia quorum para a maioria das sessões, especialmente porque a maioria dos deputados e senadores estavam mais preocupados em realizar visitas a seus Estados em busca de votos do que com a permanência em Brasília. Mas o Plano de Inflação Zero, que alterou substancialmente os hábitos da população, se encarregou de criar uma nova disposição de trabalho entre os congressistas: nos últimos dez dias, projetos há muito engavetados foram remexidos para entrar na pauta de votação o mais rapidamente possível.

Os mais críticos dizem que ocorre uma crise de consciência. Já os senadores e deputados preferem ressaltar que o Legislativo

tem que estar em sintonia com a impressionante mobilização popular em defesa das medidas econômicas. De qualquer forma, prevê-se a revogação próxima do privilégio que dispunham os parlamentares de só pagar Imposto de Renda sobre um terço de seus vencimentos. Caso aprovada, a medida atingirá também os militares e os membros do Judiciário.

Outros dois temas polêmicos, que provocavam as mais iradas discussões no Congresso, como a extinção da sublegenda para os senadores e a figura do candidato nato — o parlamentar teria direito assegurado a disputar uma vaga sem passar pela escolha dos convencionais de seus Estados — igualmente deverão desaparecer da vida parlamentar. Nessas mate-

rias já há um acerto do PMDB e do PFL para a votação, dispensando até mesmo o apoio dos partidos menores.

Estuda-se, com urgência, o estabelecimento da eleição em dois turnos para governador, já em novembro. Paralelamente, o presidente Sarney tem apelado aos governadores e às lideranças estaduais do PMDB e do PFL para que tratem de recompor a Aliança Democrática com vistas à sucessão estadual.

Ainda no âmbito do Congresso, aguarda-se a atualização da Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Há uma expectativa generalizada entre os parlamentares que o Executivo encaminhe projeto de nova Lei de Economia Popular, em caráter de urgência, que seria

votado em condições de valer no auge da campanha contra os especuladores. Por último, admitem-se novas regras, bem mais drásticas, para punir os abusos do poder econômico nas campanhas eleitorais.

Por trás de toda essa agitação, as previsões sugerem que 65 ou 70% dos atuais parlamentares não voltarão aos seus gabinetes do Congresso. Muitos não acreditam nesta "febre de trabalho" e até acham que os projetos deveriam ser votados em uma semana, antes que esfrie o clima antiinflacionário que toma conta da Nação. Os otimistas, porém, acreditam que desta vez o Congresso quer trabalhar para valer, pois sabe que deverá arcar com ônus de situações e medidas personalistas.